

CONHECIMENTO DO ADOLESCENTE SOBRE AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, OS DESAFIOS E PROCESSOS FORMATIVOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

ADOLESCENTS' KNOWLEDGE ABOUT SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS,
CHALLENGES AND TRAINING PROCESSES: A LITERATURE REVIEW

Camille Lima de Andrade Góis¹
Jackeline de Leão Soares²
Bruna dos Santos Moreira³
Kaliane Souza Carneiro⁴
Júlia Souza Evangelista de Santana⁵
Marcio Costa de Souza⁶

RESUMO: O objetivo do artigo é descrever os conhecimentos, desafios e os processos formativos dos professores e profissionais de saúde em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis. A Metodologia utilizada é uma revisão de literatura que utiliza base de dados do google acadêmico, BVS-BIREME-LILACS, SCIELO e MEDLINE-PUBMED. Os resultados abordam um déficit no conhecimento, o qual esbarra por questões socioculturais, e portanto, demonstra que há muitos desafios a serem ultrapassados, dos quais destaca a qualificação dos profissionais de saúde e dos professores, pois há de se buscar formas de educação em saúde para alcançar esta população. Desta forma, constata-se que a importância de aumentar o conhecimento sobre as IST e a necessidade de estratégias para conscientizar e prevenir as IST entre a população jovem são imprescindíveis para a prevenção e controle desta condição de saúde nesta população.

3983

Palavras-chaves: Educação em Saúde. Infecções sexualmente transmissíveis. Saúde do adolescente.

ABSTRACT: The aim of this article is to describe the knowledge, challenges and training processes of teachers and health professionals in relation to Sexually Transmitted Infections. The methodology used is a literature review that uses databases from Google Scholar, BVS-BIREME-LILACS, SCIELO, and MEDLINE-PUBMED. The results address a deficit in knowledge, which is hindered by sociocultural issues, and therefore demonstrate that there are many challenges to be overcome, among which the qualification of health professionals and teachers stands out, since forms of health education must be sought to reach this population. Thus, it is clear that the importance of increasing knowledge about STIs and the need for strategies to raise awareness and prevent STIs among the young population are essential for the prevention and control of this health condition in this population.

Keywords: Health Education. Sexually Transmitted Infections. Adolescent Health.

¹Estudante de enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

² Estudante de Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

³Estudante de Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁴ Estudante de Enfermagem da Universidade de Feira de Santana (UEFS).

⁵Estudante de Medicina do Centro Universitário de Excelência de Feira de Santana (UNEX).

⁶ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

INTRODUÇÃO

A sexualidade, o descobrimento do próprio corpo e o amadurecimento sexual é um acontecimento singular e construído de acordo com o meio social e cultural. As informações no que tange contracepção ou IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) são perpassadas aos jovens informalmente de uma maneira muitas vezes não fidedignas à realidade (Furlanetto *et al*, 2018).

Importante destacar que a IST é transmitida, sobretudo, por meio do contato sexual sem uso de preservativos com alguém infectado. Além disso, a transmissão pode ocorrer durante a gestação e a amamentação e também através do contato com as mucosas ou pele não íntegra ("Ministério da Saúde", [sd]). Este conjunto de enfermidades integra um dos 5 problemas mais recorrentes que levam a procurar de atendimento em todo o mundo é considerado problema de saúde pública. Cerca de 25% das infecções são encontradas em jovens com cerca de 25 anos ou menos (Spindola *et al*, 2021).

Cabe ressaltar que dentre as IST existentes somente HIV/aids, sífilis e hepatites são de notificações compulsórias. Portanto, acredita-se na existência de muitas IST subnotificadas, fato que preocupa as autoridades sanitárias do país, considerando a sexualidade um assunto pouco debatido nos grupos sociais, cercado de mitos e tabus (Spindola *et al*, 2015)

Dessa forma, as intervenções em saúde são fundamentais, para o melhoramento das condições de vida das pessoas. (Nguyen *et al*, 2020). Nesta perspectiva, essas intervenções relacionam-se com as condições de saúde, além de outros fatores, bem como a diminuição dos custos econômicos e seguridade social, além de promover benefícios para saúde de grupos específicos, como o de adolescentes (Carvalho *et al*, 2018; Nguyen *et al.*, 2019).

Assim, a pertinência deste tema encontra respaldo no fato das IST serem um problema de saúde pública, sendo os principais afetados com maior vulnerabilidade, os adolescentes e os adultos jovens, relacionando a sua ocorrência ao início precoce da vida sexual sem aquisição de atitudes preventivas (Breuner *et al*, 2016). Portanto, as ISTs não afetam apenas o bem-estar físico e mental, mas também o fator social dos sujeitos acometidos por ela, com aspectos divergentes de um indivíduo para o outro, favorecendo situações de distanciamento social, problemas afetivos, trabalho e estudo, além dos riscos de conflitos familiares (Wanje "*et al*," 2017).

Diante do exposto, nota-se que a saúde sexual tem sido uma temática que tem sido ampliada o seu espaço no mundo acadêmico, mas sua complexidade ainda assola um mundo em constante mudança, mesmo considerada uma era moderna, assuntos sobre sexo e sexualidade são dificultados, associados principalmente à cultura/religião e suas crenças, por isso, a educação sexual apresenta-se como um incremento crucial na prevenção de eventuais problemas (Marchezini “*et al*”, 2018).

Segundo Salvador e Silva (2018), a escola desempenha um papel crucial na formação integral e científica da sociedade, sendo capaz de instigar transformações nas concepções e hábitos relacionados à saúde. Nessa perspectiva, a Educação Básica (EB) e a Atenção Primária à Saúde (APS) devem ter o compromisso em implementar políticas específicas para adolescentes, o qual visa à proteção social e promoção da saúde. Pode-se compreender que a EB e a APS têm a responsabilidade social de educar esses jovens e mitigar as vulnerabilidades identificadas por meio de atividades que enfatizem a multiplicidade de temas a serem abordados nessa fase, em que inclui a sexualidade (MARQUES; SILVA; OTRAN, 2000).

Nesse contexto, Salvador e Silva (2018), no processo de transferência de conhecimento e adoção de novos hábitos, destaca-se que a inclusão de tópicos relacionados à educação sexual no ambiente escolar promove a disseminação de informações precisas e apropriadas sobre práticas sexuais seguras e saudáveis. Esse aspecto é particularmente relevante durante a adolescência, uma fase em que as escolhas e comportamentos dos indivíduos são fortemente influenciados. Assim, a finalidade da educação sexual no Programa Saúde na Escola (PSE) é proporcionar maior segurança na vida sexual dos adolescentes, reduzindo os riscos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez (NETTINA, 2007).

Desse modo, o objetivo deste estudo foi descrever o conhecimento dos adolescentes no âmbito escolar sobre educação sexual e reprodutiva que nos leva diretamente à prevalência de IST na população jovem e o papel da escola como centro de informação científica no que tange a metodologia usada para distribuir as informações sobre o tema de maneira efetiva.

METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão de literatura de natureza qualitativa e foi elaborado através de um levantamento feito *online* nas bases de dados: Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e outras específicos da Área da Saúde, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-BIREME-LILACS) e Biblioteca Nacional de Medicina Norte-Americana (MEDLINE-PUBMED). Não foram usados limites temporais na análise das bases de dados. Além do acesso *online*, também foi feito o levantamento bibliográfico nos periódicos e livros disponíveis nas Bibliotecas da BVS-BIREME-LILACS. No levantamento dos dados foram utilizadas as palavras-chave: “IST”, “População jovem” e “Educação em Saúde”. Artigos nacionais e internacionais ligados direta ou indiretamente ao tema do trabalho foram selecionados e avaliados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento sobre os riscos que acontecem das relações sexuais desprotegidas é primordial para que os jovens possam realizar o sexo de forma oportuna, garantindo a prevenção dessas infecções. Nessa perspectiva, surgem as práticas de educação em saúde no âmbito sexual, corroborando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, tão presentes na vida dos jovens, uma vez que permitem programas que são muito mais econômicos do que as intervenções presenciais tradicionais.

Os jovens geralmente são informados sobre a prevenção de doenças e podem incorporar o uso de preservativo, porém, essa prática não ocorre com frequência. Nesse caso, acredita-se que os jovens desenvolvem uma baixa consciência de sua vulnerabilidade e exposição às IST e, por isso, assumem comportamentos em seus relacionamentos que colocam sua saúde em risco. Além disto, um estudo avaliou a representação social de jovens universitários sobre a vulnerabilidade e concluiu que os jovens percebem a vulnerabilidade como sendo do “outro”, especialmente quando possuem parceira(o) fixa(o), ou não apresentam comportamentos promíscuos ou possam ser contaminados por alguma IST (Spíndola *et al.*, 2021).

O conhecimento nesta área é essencial na prevenção destas doenças, em que deve ser o mais exato e completo possível, de forma que o indivíduo possa compreender a importância de práticas preventivas, assim como identificar os riscos aos quais se expõe e

que podem também afetar terceiros na sua prática sexual, principalmente ao se tratar de indivíduos que serão futuros profissionais da saúde. Dessa forma, evidencia-se que o conhecimento sobre a necessidade de usar preservativo não é acompanhado de ciência sobre a consequência do uso inadequado entre estes alunos (Merenhque *et al.*, 2021).

Durante um longo período, acreditou-se que as transformações dos adolescentes se davam apenas a partir do fluxo de hormônios. No entanto, atualmente já é sabido que há mudanças neurológicas, como a remodelagem do córtex pré-frontal, que é relacionado a tomada de decisões e ponderação mediante as consequências que surgem após suas ações. Desse modo, surge um problema comum nesse período que é o comportamento de risco, que é considerado como natural e necessário, visto que, é importante para o desenvolvimento social. Esse comportamento leva a um desenvolvimento neural mais duradouro (Best; Ban, 2021). No entanto, essa atração por comportamento de risco também tem seu lado negativo, influenciado por desejo sexual, o adolescente busca por essa necessidade humana e característica da fase, mas não leva em consideração os riscos que estão expostos ao praticar o ato sexual sem preservativo (Winkins *et al.*, 2022)

A adolescência é marcada por uma intensa busca por identidade. Essa fase, repleta de mudanças, exige que o adolescente passe por diversos papéis sociais e consiga desenvolver um senso de quem são. Mudanças na sua vida, como o primeiro relacionamento amoroso, intensifica essa busca (Branje, 2022). Em conjunto com a busca pela identidade, vem a descoberta e a busca gradual da sexualidade, geralmente ocorre em etapas, do primeiro amor ao primeiro beijo, carícias, sexo manual, oral e relações sexuais. Ademais, concomitantemente ao impulso da sexualidade, vem, às vezes, ansiedade e preocupação que pode ser até traumática e está ligada a essa mudança violenta que ocorre nessa fase. Esse novo corpo não está integrado ao jovem até a idade adulta (Cerniglia; Cimino, 2022).

Essas mudanças no comportamento dos adolescentes se mostram de maneira diferente a depender dos fatores sociais e estruturais que o cercam. Os riscos de contrair uma IST surge de maneira multifacetada e não se distribui de maneira uniforme. Início sexual precoce, envolvimento com pessoas mais velhas são fatores frequentemente associados à infecção. Esses comportamentos são refletidos a partir de um contexto rodeado de desigualdades socioeconômicas, normas de gênero e acesso limitado a serviços de saúde (Comins *et al.* 2020).

A comunicação durante a adolescência apresenta desafios significativos, refletindo as complexas transformações características dessa fase. Nesse período, os jovens estão em busca de sua identidade e independência, o que pode dificultar o diálogo com pais e outros adultos. Um dos principais desafios é a mudança nas dinâmicas familiares. Os adolescentes frequentemente desejam maior autonomia, o que pode gerar conflitos com seus responsáveis (Aires *et al.*, 2023)

Quando o assunto envolve questões sexuais, o tabu prevalece, criando barreiras entre pais e filhos. Muitos pais têm a intenção de proteger seus filhos dos riscos da iniciação sexual precoce, mas, em muitos casos, essa abordagem é feita de forma intimidatória ou até ameaçadora. Em outros, o diálogo simplesmente não ocorre, sendo transferida para a escola a responsabilidade de educar sobre o tema. No entanto, muitas vezes, as escolas se mostram despreparadas para tratar adequadamente a educação sexual (Nothaft *et al.*, 2014).

A crença que muitos pais têm sobre o diálogo relacionado a sexo e sexualidade é que estão incentivando essa prática de maneira precoce. Essa incompreensão do papel da educação sexual leva a resistência. Bastantes adolescentes têm comportamentos de risco que podem levar à morbidade e mortalidade. Diversos estudos apontam que a comunicação dos pais com os adolescentes diminui esses comportamentos de risco e conseqüente redução em algumas morbidades (Rouhparvar; Javadnoori; Shahali, 2022).

Os adolescentes são expostos a uma grande quantidade de conteúdos sobre sexualidade, seja pelas mídias, seja pelos grupos sociais aos quais pertencem, abordando temas como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência e drogas. Contudo, apesar da abundância de informações, muitas vezes essas fontes carecem de confiabilidade, o que resulta em um acesso limitado a conteúdos de qualidade (Oliveira *et al.*, 2013). Dessa forma, a família e a escola desempenham ações fundamentais como redes de apoio e fontes de informações seguras sobre sexualidade.

Ao tratar da Orientação Sexual nas escolas, é essencial que vários temas sejam abordados de maneira específica e cuidadosa. Isso exige dos professores flexibilidade, disponibilidade para pesquisa e reflexão constante sobre a prática docente. Ao questionar tabus e preconceitos relacionados à sexualidade, bem como trabalhar com conhecimentos voltados para a promoção do bem-estar e da saúde, a Orientação Sexual deve contemplar

outros temas transversais, como ética, saúde, trabalho, consumo, pluralidade cultural e meio ambiente (BRASIL, 1998).

Ao analisar as campanhas de comunicação do Ministério da Saúde, observou-se que as abordagens são feitas no estilo de lembretes pontuais o que leva a uma comunicação rasa, feita de uma maneira que lembra uma campanha propagandista com frases simples e superficiais, o que faz com que a mensagem não chegue ao seu receptor de maneira efetiva ao ponto que o faça ter uma reflexão relacionado ao que viu (Lima *et al*, 2024).

Segundo Mendonça (2014), a comunicação em saúde, implica afirmação de direitos, empoderamento e humanização em abordagens que suscitam reflexões necessárias. De acordo com Campos *et al.* (2017). afirma que os jovens raramente têm espaços para expressar temáticas relacionadas à sexualidade, o que gera a necessidade de criação de caminhos para a expressão livre. A construção da conscientização da saúde sexual do jovem deve considerar seus saberes, anseios e curiosidades.

É fundamental trazer à tona as experiências cotidianas dos jovens, contextualizando seu ambiente e utilizando narrativas que reflitam seus dilemas, com o objetivo de promover identificação e criar espaços de diálogo (Rios, 2015). A comunicação voltada para os jovens deve antecipar suas necessidades, colocando-os no centro do processo para incentivar sua autonomia. (Campos *et al.* 2013) destacam que o jovem é um sujeito inserido em um contexto histórico e social específico, e, portanto, deve ser compreendido a partir dessas características. Conforme ressaltado pelo Ministério da Saúde do Brasil, as particularidades das juventudes influenciam diretamente a forma como lidam com a saúde sexual.

De maneira mais ampla, adolescentes do sexo feminino têm um conhecimento maior sobre saúde reprodutiva e sexualidade se comparadas aos adolescentes do sexo masculino. Além disso, houve redução no recebimento de informações e orientações relacionadas ao HIV/IST em escolas privadas para os garotos. Essa diminuição pode estar ligada ao aumento da prevalência de IST nesse público (Sousa *et al.*, 2023).

Em 2004, o Ministério da Saúde lançou a PNAISM, que atingia as mulheres em todo o ciclo de vida, reafirmava a atenção integral à saúde da mulher, devendo ser exercida nos diferentes níveis de atenção e dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2004).

Com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde (MS) em 1984, houve um avanço tratando-se de direitos

reprodutivos e uma nova abordagem à saúde da mulher, que até então não existiam políticas públicas ou programas de saúde voltados especificamente para esse público. No entanto, havia políticas centradas no grupo materno-infantil, onde as mulheres eram vistas pela medicina apenas quando apresentavam problemas relacionados à reprodução, e o público infantil era considerado alvo das ações de saúde. Contudo o PAISM trouxe uma nova abordagem, baseando-se na atenção integral à saúde da mulher, onde as considerava como um ser complexo e devendo ter uma assistência mais integral e holística aos seus problemas de saúde, deixando de ser considerada apenas quando se tratava de assuntos reprodutivos (OSIS, 1998).

O PAISM deixou explícito em seu texto o conceito de assistência integral preconizado pelo programa, que seria utilizado na atenção à saúde da mulher; sendo Integralidade conceituada com a oferta de ações de saúde que atendam as necessidades dos grupos e que os serviços deveriam ser utilizados em benefício da promoção, proteção e recuperação de saúde.

A integralidade contemplava as ações de cuidado clínico-ginecológica e educativa, à abordagem dos problemas presentes desde a adolescência até a terceira idade, ao controle das infecções sexualmente transmissível, do câncer cérvico-uterino e mamário e à assistência para concepção e contracepção (BRASIL, 2002).

Educação sexual e reprodutiva têm sido discutidas na literatura com frequência e metodologias participativas e dialógicas têm se provado como um melhor caminho para reduzir a incidência de IST que políticas que pregam a abstinência sexual como um caminho (Lima *et al.* 2022).

A internet possui um papel ambíguo na vida do adolescente, pois seu uso excessivo pode acarretar problemas psicológicos e impacto comportamental na vida desse público, no entanto, ela também representa uma ferramenta de busca por informações, inclusive relacionadas à saúde, podendo ser útil tanto para o enfrentamento de doenças quanto para a promoção da saúde (Rocha *et al.* 2021)

As tecnologias informacionais têm se mostrado como instrumentos prósperos para a promoção sexual, visto que permitem aos jovens minimizarem suas dúvidas de forma anônima. Além disso, os programas de saúde sexual online podem ser uma forma

particularmente relevante de oferecer informações e ensinar com relativa facilidade e alta fidelidade e têm o potencial de atingir muitos usuários com baixo custo (Costa *et al.*, 2023).

A importância do uso das tecnologias educativas para a prevenção às doenças, na adolescência, gera conhecimentos necessários para esse público e transforma a realidade da saúde, pois Segundo Bezerra IMP e Sorpreso ICE (2016) educar vai além do saber individual, esta ação gera mudança em conjunto, ajudando na compreensão do indivíduo a respeito de doenças e prevenção das mesmas.(Fonseca *et al.*, 2020)

No entanto, a educação sexual e reprodutiva é, ainda, um recurso pouco utilizado para o fomento da prevenção de gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis (IST). A falta de conhecimento acerca dos métodos de prevenção, tanto de gravidez, quanto de IST, é um fato presente na vida da maior parte da população jovem. (Figueiredo *et al.*, 2020).

Porém, uma rede familiar faz-se necessária durante a adolescência, na qual os pais e/ou cuidadores possam enfatizar e orientar os filhos sobre educação sexual e reprodutiva, bem como sanar as dúvidas diante dos enfrentamentos ocasionados por este período. Para tanto, é importante que o adolescente tenha acesso a esclarecimentos sobre questões relacionadas ao sexo (ato sexual) e ao próprio desenvolvimento da sexualidade (transformações fisiológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais), livres de preconceitos, preparando assim o adolescente para uma vida sexual segura e de cuidados com o seu próprio corpo (Danzmann *et al.*, 2022).

Destarte, alguns adolescentes recorrem também aos professores e profissionais que atuam na escola, assim como aos profissionais da saúde para sanar suas dúvidas. Desta forma, salienta-se a importância de que a educação sexual seja pautada no diálogo e na escuta profissional dos adolescentes, pois o que está colocado é uma educação preventiva, na qual se contempla os diferentes modos de viver a sexualidade e “as adolescências” (Danzmann *et al.*, 2022).

A promoção da Educação em Saúde sexual na escola, portanto, desempenha papel significativo na redução dos comportamentos sexuais de risco entre os adolescentes e deve ser realizada em um processo de autorreflexão, fazendo com que eles possam atuar como sujeitos participativos, além de exercer uma visão crítica diante da sexualidade. (Rocha, 2020)

Importante ressaltar que, o processo de formação dos trabalhadores de saúde no atendimento a adolescentes, especialmente em relação às Orientações sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva, é um desafio fundamental para garantir que os profissionais estejam capacitados a lidar com as necessidades específicas dessa faixa etária. A adolescência é um período marcado por transformações físicas, emocionais e sociais, o que exige abordagens sensíveis e informadas por parte dos profissionais de saúde. Uma boa e eficaz orientação reprodutiva são essenciais para a promoção de um cuidado integral, englobando aspectos como a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), planejamento familiar e o desenvolvimento de habilidades sociais (Fraga *et al.*, 2020).

No entanto, para que esses temas sejam abordados de maneira eficaz, é necessário que os profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e assistentes sociais, recebam uma formação adequada, que contemple não apenas o conhecimento técnico, mas também o desenvolvimento de uma postura ética e empática diante dos adolescentes (Fernandes *et al.*, 2020).

Sob essa perspectiva, promover a competência profissional no atendimento de adolescentes, tanto nos aspectos teóricos quanto práticos, continua sendo um desafio significativo. Além disso, observa-se uma carência na formação adequada durante a graduação e nas iniciativas de educação permanente em serviço no que diz respeito aos atributos peculiares à saúde do adolescente. Essa lacuna formativa resulta em profissionais que, muitas vezes, não possuem a qualificação necessária para lidar de forma eficaz com as demandas específicas desse grupo etário. (Santos *et al.*, 2020).

Consequentemente, essa deficiência compromete a qualidade do cuidado prestado, especialmente no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que desempenha um papel essencial como porta de entrada prioritária para a atenção à saúde de toda a população de um território adscrito (Fernandes; Santos, 2020).

Destaca-se ainda que, a falta de preparo para lidar com as questões singulares da adolescência – como as transformações biopsicossociais, sexualidade, saúde mental e o estabelecimento de hábitos saudáveis – pode levar a uma abordagem superficial ou inadequada das necessidades desse grupo. Isso reforça a urgência de repensar os currículos acadêmicos e de investir em programas de educação continuada que não apenas capacitem tecnicamente os profissionais, mas também ampliem sua sensibilidade e habilidades para

interagir com adolescentes de maneira acolhedora e efetiva. A ESF, como um dos principais pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), deve estar equipada com profissionais que compreendam essas especificidades e possam oferecer um atendimento humanizado, inclusivo e de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável dos adolescentes e para a melhoria geral da saúde pública. (Fernandes *et al*, 2020).

No entanto, há desafios significativos a serem enfrentados. Entre os principais obstáculos estão a falta de investimento em programas de educação permanente específicos para o cuidado ao adolescente, a resistência dos profissionais à adoção de novas práticas e a fragmentação dos serviços de saúde. Muitas vezes, as estratégias de educação permanente são insuficientes para promover mudanças substanciais no atendimento, devido à falta de articulação entre os diferentes níveis de atenção e a ausência de uma abordagem intersetorial que envolva áreas como educação, assistência social e segurança. (Santos *et al*, 2020)

Outro desafio importante é a superação do modelo biomédico, focado na medicalização e no tratamento de doenças, em favor de uma abordagem mais preventiva e promotora da saúde. Isso requer uma transformação cultural nas equipes de saúde, que precisam reconhecer a adolescência como um período que demanda um cuidado integral e contextualizado, levando em conta os determinantes sociais de saúde. (Fraga *et al*, 2020)

Assim, os processos formativos permanentes dos gestores e profissionais de saúde voltada para o cuidado ao adolescente na Atenção Básica à Saúde tem se mostrado limitada devido ao predomínio de um modelo de ensino tradicional e conservador, direcionada para práticas interventivas e na medicalização das questões sociais. Esse modelo prioriza ações curativas, deixando de lado uma abordagem mais integral e preventiva, essencial para o cuidado ao adolescente, que requer atenção às suas necessidades biopsicossociais. (Santos *et al*, 2020)

Essa resistência também pode ser atribuída a uma visão fragmentada do cuidado em saúde, em que cada setor tende a operar de maneira isolada, sem considerar a integralidade e a multidimensionalidade que o cuidado ao adolescente exige. Fomentar uma mudança de paradigma, promovendo um olhar ampliado sobre a formação desses profissionais, é fundamental para superar esses desafios. Tal transformação demanda uma revisão crítica das práticas pedagógicas e a inclusão de metodologias que incentivem a

interdisciplinaridade, a colaboração intersetorial e a valorização do contexto sociocultural em que o adolescente está inserido. (Fernandes *et al*, 2020)

Ademais, a educação permanente, principalmente para adolescentes, precisa ser entendida não apenas como um processo de atualização técnica, mas como um espaço de reflexão crítica sobre as práticas profissionais, o que pode potencializar a qualidade do cuidado oferecido. Somente com a integração de diferentes setores e a valorização de uma abordagem mais inclusiva e abrangente será possível promover um cuidado efetivo e humanizado para adolescentes na ABS, que contemple tanto suas necessidades de saúde física quanto emocional e social. (Fraga *et al*, 2020)

CONCLUSÃO

Em suma, este estudo destaca a importância de aumentar o conhecimento sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre a população jovem. As descobertas revelam lacunas significativas no entendimento dessas doenças, que podem ser atribuídas a diversos fatores, como a falta de diálogo eficaz entre adolescentes, familiares e escolas. O contexto sociocultural, muitas vezes permeado por tabus e estigmas, também desempenha um papel crucial na limitação da educação sexual. Além disso, evidencia-se um déficit no processo formativo de professores e profissionais de saúde, que muitas vezes não são devidamente preparados para abordar a sexualidade de maneira clara e inclusiva.

A pesquisa sugere a necessidade de implementar programas educacionais mais abrangentes, contínuos e acessíveis, que contemplem a diversidade cultural e as necessidades específicas dos adolescentes. Tais programas devem ser desenvolvidos com base em metodologias ativas e participativas, que promovam um ambiente seguro e aberto ao diálogo. Para isso, a construção de ações de educação permanente e o treinamento de educadores e profissionais de saúde são fundamentais.

Além disso, é recomendado que futuras pesquisas explorem estratégias inovadoras e tecnológicas para melhorar a conscientização e a prevenção das ISTs, como o uso de mídias sociais, aplicativos e jogos educativos, que podem tornar a abordagem mais atrativa e eficiente para os jovens. Essas ferramentas digitais, combinadas com campanhas de conscientização massivas e inclusivas, podem reduzir a incidência de ISTs e seu impacto na saúde pública.

Por fim, as principais contribuições deste estudo fornecem dados valiosos para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e intervenções direcionadas à promoção da saúde sexual na juventude. Essas intervenções devem não apenas visar a prevenção das ISTs, mas também promover o empoderamento dos jovens em relação à sua saúde sexual e reprodutiva, fomentando um ambiente onde eles se sintam confortáveis para discutir questões de sexualidade de maneira aberta e informada.

REFERÊNCIAS

- AIRES, M. E. O. D. *et al.* Contemporary family challenges: communication between teenagers and their parents in a city in the interior of Pará. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. e1312239845, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i2.39845.
- BARBOSA, L. *et al.* O silêncio da família e da escola frente ao desafio da sexualidade na adolescência. **Ensino, Saúde e Ambiente**, [S. l.], v. 12, p. 31-49, 2019.
- BEST, O. B.; BAN, S. B. Adolescence: physical changes and neurological development. **British Journal of Nursing**, [S. l.], v. 30, n. 5, p. 1-3, 2021
- BRANJE, S. B. Adolescent identity development context. **Current opinion in Psychology**, [S. l.], v. 45, p. 101286, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento da Família: manual técnico**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais: orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAMPOS, H. M.; SCHALL, V. T.; NOGUEIRA, M. J. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 37, n. 97, p. 336-346, 2013.
- CERNIGLIA, L. C.; CIMINO, S. C. Some considerations about pornography watching in early adolescence. **International Journal of Environmental Research Public Health**, [S. l.], v. 19, n. 17, p. e.10818, 2022. DOI: 10.3390/ijerph191710818.

COMINS, C. A. *et al.* Vulnerability profiles and prevalence of HIV and other sexually transmitted infections among adolescent girls and young women in Ethiopia: A latent class analysis. **PLoS One**, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 2-3, 2020. DOI: 10.1371/journal.pone.0232598.

COSTA, A. B. S. *et al.* O uso das tecnologias educativas na educação em saúde sexual com adolescentes. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. e29812240300, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i2.40300>.

DANZMANN, P. S. *et al.* Educação sexual na percepção de pais e adolescentes: uma revisão sistemática. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 11, p. e3981, 2022.

FONSECA, A. C. M. *et al.* Inovações tecnológicas na abordagem de sífilis adquirida na adolescência para estudantes de uma escola estadual do Pará: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 41, p. e2234, 2020.

FIGUEIREDO, M. L. de Educação sexual e reprodutiva para adolescentes na atenção primária: uma revisão narrativa. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 82-87, 2020. DOI: 10.17921/1415-6938.2020v24n1p82-87.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

GALVÃO, L. C. C.; MACHADO, P. K. F. Investigação do sexo através de mensurações de suturas cranianas. **Prova Material**, v. 3, n. 1, p. 25-29, 2004.

JARDILINO, D. S. *et al.* Efeitos de curso online no conhecimento de jovens sobre infecções sexualmente transmissíveis: estudo quase-experimental. **Revista de Enfermagem da UFPI**, [S. l.], v. 12, p. e3876, 2023. DOI: 10.26694/reufpi.v12i1.3876.

LIMA, L. V. de *et al.* Práticas educativas para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis na adolescência: uma revisão realista. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 14, p. e-11755, 2022. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.11755.

LIMA, P. DA C. *et al.* Enfrentamento de epidemias de ISTs na população jovem: caracterização da linguagem dos materiais educativos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. e13762022, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024292.13762022>.

MERENHQUE, C. C. *et al.* Conhecimento e comportamento de acadêmicos de enfermagem acerca da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 1-20, 2021

MENDONÇA, A. V. M. Informação e comunicação para o Sistema Único de Saúde no Brasil: uma política necessária. In: SOUSA, F.; FRANCO, M. S.; MENDONÇA, A. V. M. (org.). **Saúde da família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos do espelho do futuro**. Campinas: Saberes, 2014. p. 701-719.

OSIS, M. J. M. D. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 25-32, 1998.

RIO, M. *et al.* O programa saúde na escola como ferramenta para a construção da educação sexual na adolescência: um relato de experiência. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 27, n. 5, p. 2354-2369, 2023.

ROCHA, K. A. A. **Tecnologias educacionais para a promoção do autocuidado de adolescentes escolares sobre as infecções sexualmente transmissíveis**. 2020. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

ROCHA, S. P. *et al.* Saúde mental na adolescência: construção e validação de uma tecnologia educacional para promoção da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S. l.], v. 74, n. 5, p. e20201023, 2021.

ROUHPARVAR, Z. R.; JAVADNOORI, M. J.; SHAHALI, S. S. Parents' approaches to sexuality education of their adolescent boys: a qualitative study in Ahvaz, **Iran. Reproductive Health**, [S. l.], v. 19, p. 1-3, 19 mar. 2022.

SANTOS, M. A. S.; BOUSQUAT, A. Educação sexual na escola: diálogos com o campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 41, p. 207-220, 2012. DOI: 10.1590/interface.220004.

SOUSA, M. A. *et al.* Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: análise comparativa da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 e 2019. **REME**, [S. l.], v. 26, p. e.1456, 2023.

SPINDOLA, T. *et al.* A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 2683-2692, 2021.

SPINDOLA, T. *et al.* Produção de conhecimento acerca das doenças sexualmente transmissíveis na população jovem: pesquisa bibliométrica. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, 2015.